



Guia Digital

Educação sexual em uma perspectiva CONTRA- HEGEMONICA

Autora: Josiane Souza Silva

Orientadora: Dra. Rita Rodrigues de Souza

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO
NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☒ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☐ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☒ Produto Técnico e Educacional - Tipo: Guia Digital | |

Nome Completo do Autor: Josiane Souza Silva

Matrícula: 20231020280051

Título do Trabalho: EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO MÉDIO DO ESTADO DE GOIÁS: UMA LEITURA CRÍTICA DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS EM UMA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Autorização - Marque uma das opções

- ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
- ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
- ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Documento assinado digitalmente
 **JOSIANE SOUZA SILVA**
Data: 02/02/2026 19:03:58-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Jataí, GO
Local

02 / 02 / 26.
Data

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☒ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☐ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☒ Produto Técnico e Educacional - Tipo: Guia Digital | |

Nome Completo do Autor: Rita Rodrigues de Souza

Matrícula: 1489393

Título do Trabalho: EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO MÉDIO DO ESTADO DE GOIÁS: UMA LEITURA CRÍTICA DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS EM UMA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Documento assinado digitalmente



rita RODRIGUES DE SOUZA
Data: 20/02/2026 11:41:47-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Jataí, GO
Local

20 / 02 / 26.
Data

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Josiane Souza Silva
Rita Rodrigues de Souza

EDUCAÇÃO SEXUAL EM UMA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA

Produto Educacional vinculado à dissertação:
Educação sexual no ensino médio do estado de Goiás:
uma leitura crítica dos documentos normativos em uma
perspectiva da pedagogia histórico-crítica.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

Silva, Josiane Souza.

Educação sexual em uma perspectiva contra-hegemônica
[recurso eletrônico] / Josiane Souza Silva; Rita Rodrigues de Souza. -
2025.

xxxvi; 36 f.; il.

Produto Educacional (Mestrado) – Guia Digital – IFG – Câmpus
Jataí, Programa de Pós – Graduação em Educação para Ciências e
Matemática, 2025.

Vinculado à dissertação “Educação sexual no ensino médio do
estado de Goiás: uma leitura crítica dos documentos normativos em
uma perspectiva da pedagogia histórico-crítica”.

Inclui referências.

1. Pedagogia histórico-crítica. 2. Educação sexual. 3. Ensino médio. I.
Souza, Rita Rodrigues de. II. IFG, Câmpus Jataí. III. Título.

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Na presente data realizou-se a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada **EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO MÉDIO DO ESTADO DE GOIÁS: uma leitura crítica dos documentos normativos em uma perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica**, sob orientação de Rita Rodrigues de Souza, apresentada pela aluna **Josiane Souza Silva (20231020280051)** do Curso **Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática (Câmpus Jataí)**. Os trabalhos foram iniciados às **14:00** do dia **08/12/2025** pela Professora presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Rita Rodrigues de Souza** (Presidente)
- **Mara Rubia de Souza Rodrigues Moraes** (Examinadora Interna)
- **Camila Alberto Vicente de Oliveira** (Examinadora Externa)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo da Dissertação, passou à arguição da candidata. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pela aluna, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

☒ [X] Aprovado

☐ [] Reprovado

Nota :

Observação / Apreciações:

O título do produto educacional vinculado à dissertação é Guia Digital: educação sexual, em uma perspectiva contra-hegemônica.

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **Rita Rodrigues de Souza** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Mara Rubia de Souza Rodrigues Moraes** (611.810.801-34), em **08/12/2025 17:24:45** com chave **efd12142d47311f090c5005056a537a4**
- **Rita Rodrigues de Souza** (596.503.971-91), em **08/12/2025 16:46:25** com chave **94cba768d46e11f0ab6a005056a537a4**.
- **Camila Alberto Vicente de Oliveira** (290.193.938-47), em **08/12/2025 16:45:26** com chave **7161cdacd46e11f09c1f005056a537a4**.

Este documento foi emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Ata de Projeto Final

Data da Emissão: 08/12/2025

Código de Autenticação: e7542a



FICHA TÉCNICA

Título: *educação sexual em uma perspectiva contra-hegemônica*

Origem do produto: Dissertação intitulada: “Educação sexual no Ensino Médio do Estado de Goiás: uma leitura crítica dos documentos normativos em uma perspectiva da pedagogia histórico-crítica” desenvolvida junto a professores/as de Biologia do Ensino Médio do Estado do Goiás. A pesquisa e o produto educacional são parte das atividades acadêmicas do Programa de Pós-graduação em Educação para Ciências e Matemática-PPGECM - Mestrado Profissional - do IFG - Câmpus Jataí.

Nível de ensino a que se destina o produto educacional:
Ensino médio.

Público-alvo: professores/as

Categoria deste Produto: *Guia Digital*

Disponibilidade: Irrestrita, mantendo-se o respeito à autoria do produto, não sendo permitido o uso comercial por terceiros.

Divulgação: Por meio digital.

Idioma: Português.

Cidade: Jataí-GO.

País: Brasil.

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Proposta didático-pedagógica	13
3. Objetivos	15
4. O que é educação sexual em uma perspectiva contra-hegemônica?	16
5. Dinâmica do 1º momento: prática social	18
6. Dinâmica do 2º momento: problematização	19
7. Dinâmica do 3º momento: instrumentalização	20
8. Dinâmica do 4º momento: catarse	28
10. Dinâmica do 5º momento: prática social	33
11. Referências	34

Apresentação

Este *Guia Digital* foi produzido a partir de uma necessidade evidenciada na pesquisa intitulada “Educação sexual no Ensino Médio do Estado de Goiás: uma leitura crítica dos documentos normativos em uma perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica”, filiada ao Programa de Pós-graduação em Educação para Ciências e Matemática- PPGECEM - Mestrado Profissional - do Instituto Federal de Goiás - Câmpus Jataí.

A pesquisa documental revelou que a proposta de educação sexual presente em documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) e a Diretrizes Curriculares para Goiás (DCGO, 2019) apresenta uma abordagem biológico-higienista (Furlani, 2017), fruto de concepções conservadoras hegemônicas que foram historicamente construídas. Com base nesse resultado, organizamos este *Guia Digital*, que tem como proposta de trabalho a análise e discussão dos aspectos históricos-culturais da sexualidade que foram desenvolvidos, primeiramente, por meio de concepções morais teológicas estabelecidas por uma ordem divina. Com o advento do capitalismo a sexualidade foi se estabelecendo por meio da cientificidade da moral-médica, com características biológico-hegienistas pautadas pela ordem natural. Sendo assim, sugerimos uma proposta de educação sexual, que identifique a sexualidade dos corpos por meio de seus condicionantes: históricos, econômicos, políticos, culturais e ideológicos, pautados em uma ordem histórico-cultural.

Em virtude do exposto, organizamos uma proposta de conteúdo: educação sexual interseccional histórico-crítico, que visa problematizar a ideia de corpo, pela perspectiva contra-hegemônica, concebendo o corpo como um híbrido: biológico e histórico-cultural. Sendo assim, fez-se necessário destacar uma abordagem social do mesmo, ou seja, como o corpo é tratado socialmente e como esse pode estar sujeito a classificações ideológicas, historicamente, difundidas pelo grupo dominante.

Desejamos que a leitura deste material seja extremamente inspiradora!

INTRODUÇÃO

O *Guia Digital*: educação sexual em uma perspectiva contra- hegemônica surge como uma necessidade evidenciada na pesquisa intitulada: Educação sexual no Ensino Médio do Estado de Goiás: uma leitura crítica dos documentos normativos em uma perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica. De acordo com Saviani (2008), a PHC, em sua base teórica, apoia-se em fundamentos filosóficos, históricos, econômicos e político-sociais e se propõe explicitamente a seguir as trilhas abertas pelas análises realizadas por Karl Marx e Engels (2007) acerca das condições históricas de produção da vida humana que culminaram na configuração da sociedade contemporânea, marcada pela predominância do capital.

Marx e Engels (2007) afirmam reconhecer apenas uma Ciência: a Ciência da História. Ela pode ser analisada sob duas perspectivas: a história da natureza e a história dos seres humanos. Contudo, essas duas dimensões são inseparáveis, já que, enquanto houver humanidade, ambas se influenciam mutuamente. Compreendemos a importância da história da natureza, estudada pelas ciências naturais, mas aqui nos interessa a história da sexualidade dos homens e das mulheres a partir de seus condicionantes culturais e ideológicos, pois compreendemos que a maior parte da ideologia se resume a uma visão distorcida dessa história ou a uma abstração completa dela. A própria ideologia é, em si, apenas um aspecto dessa história.

A partir do pressuposto delineado acima, buscamos compreender o desenvolvimento da sexualidade humana, nas palavras de Nunes (2003), sob uma visão histórico-dialética, política e ideológica. Para tanto, realizamos um resgate histórico do desenvolvimento da sexualidade para buscarmos entender os seus mecanismos de representação, prática, significação e controle da sexualidade. Dessa maneira, sob o olhar atento da ciência da história, a pesquisa documental se pautou na investigação e análise dos seguintes documentos normativos: Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) e Diretrizes Curriculares para Goiás – DCGO – etapa ensino médio (Goiás, 2019).

Assim, a pesquisa identificou que a BNCC (Brasil, 2018), em meio a um ataque reacionário elaborado pelo movimento Escola sem Partido no ano de sua aprovação, acabou por aprovar um texto que não faz menção à expressão educação sexual.

Dessa maneira, ao silenciar o tema, a BNCC reforça uma perspectiva conservadora que limita o diálogo sobre sexualidade, fragiliza a formação integral dos/as estudantes e reintroduz elementos de obscurantismo no espaço escolar, comprometendo a construção de uma educação democrática e inclusiva. Ao analisar o documento normativo DCGO - etapa ensino médio (Goiás, 2019), identificamos que os conteúdos propostos para o ensino de educação sexual no ensino médio do estado de Goiás possuem filiação em uma abordagem biológico-higienista. Para Furlani (2017), essa abordagem é marcada por um determinismo biológico, ao descrever em seus objetos do conhecimento: reprodução humana, gravidez na adolescência, saúde sexual e reprodutiva; métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e sua prevenção, métodos contraceptivos. Para a autora, a ênfase exclusivamente biológica sempre marcou a abordagem da educação sexual nas escolas. A principal crítica a essa perspectiva não é sua existência, que é importante do ponto de vista da saúde sexual, mas sim o fato de ser a única adotada, resultando em um currículo restrito e reducionista.

Diante do exposto, a partir das lentes da PHC, que de acordo com Saviani (2008) é uma pedagogia contra-hegemônica que se pauta na centralidade da educação escolar, valorizando o acesso das camadas populares ao conhecimento sistematizado, propomos o guia digital de educação sexual, em uma perspectiva contra-hegemônica, o qual pretende debater a sexualidade por meio de seus condicionantes históricos, econômicos e culturais. Ou seja, a partir da ciência da história de homens e mulheres.

Sobre o conceito de contra-hegemonia, nas palavras de De Souza (2013), os conceitos surgem de forma histórica e dialética, a partir da dinâmica das relações sociais que estruturam a produção da vida material e espiritual. Assim como instrumentos técnicos — a lança, a flecha, a roda ou o tear mecânico, eles foram desenvolvidos na interação entre o ser humano e a natureza, com o propósito de dominar e transformá-la, garantindo sua sobrevivência.

Desse modo, entendemos o conceito de contra-hegemonia como uma ferramenta que se refere às práticas, ideias e movimentos que se opõem à hegemonia dominante, ou seja, ao consenso cultural, político e ideológico imposto pelas classes dirigentes para manter seu poder.

A contra-hegemonia não é apenas resistência, mas também criação de novas formas de cultura, política e organização social que buscam transformar a ordem estabelecida e ampliar as possibilidades de emancipação, e a escola é o espaço privilegiado para essa disputa contra- hegemônica. Para superação de um currículo restrito e reducionista, organizamos, por meio da pesquisa-ação (Thoillent, 2011) e da elaboração de um questionário *online* (Turini, 2016) como instrumento de coleta de dados, visamos compreender as concepções de professores/as de Biologia do ensino médio sobre o trabalho com educação sexual em sala de aula. Com base na análise das respostas dos/as pesquisados/as organizamos uma proposta de conteúdo de educação sexual intersetorial histórico-crítico que visa debater a ideia de corpo sob os seus aspectos históricos-culturais, além de seus aspectos interseccionais, com base nas lentes de Collins e Belgi (2021), visando contribuir para o desenvolvimento da consciência de classe para si em Lukács (1974).

O conteúdo está organizado à luz do método didático da PHC, segundo Saviani (2018) que propõe o trabalho pedagógico em 05 (cinco) momentos didáticos para o processo de ensino e aprendizagem, sendo eles: prática social, problematização, instrumentalização, catarse e prática social. Esse método visa promover uma consciência crítica no/a educando/a, articulando o conhecimento científico à realidade social concreta.

Os momentos didáticos expressam o movimento dialético entre teoria e prática, partindo da vivência dos/as educandos/as (prática social), passando pela compreensão crítica e sistematização teórica (problematização, instrumentalização e catarse) e retornando à realidade transformada (prática social). Assim, o método visa à apropriação consciente do saber elaborado, possibilitando ao/a educando/a compreender e intervir na realidade de forma crítica e transformadora, superando o caráter fragmentado e instrumental da educação hegemônica.



PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A proposta didático-pedagógica visa o trabalho com a temática educação sexual, em uma perspectiva contra-hegemônica, a partir do conteúdo: educação sexual interseccional histórico-crítico em sala de aula com estudantes do ensino médio, por meio do método proposto por Saviani (2018) que são os 05 (cinco) momentos didáticos para o processo de ensino e aprendizagem. Saviani (2018) observa que o/a professor/a deve organizar esses momentos articulados em um “mesmo movimento, único e orgânico”. (Saviani, 2018, p. 126). Para o autor, esses momentos não são etapas estanques ou lineares, mas partes de um processo contínuo, integrado e dialético de formação humana. Cada momento depende dos outros, e o conjunto forma um todo coerente, cujo objetivo é promover a apropriação crítica do conhecimento e a transformação da prática social.

Dinâmica do primeiro momento: a prática social envolve a ação docente, anunciando o conteúdo que será trabalhado e estabelecendo um diálogo em que os/as estudantes são desafiados/as a mostrar a vivência cotidiana deles/as sobre o assunto tratado e ao mesmo tempo, serão provocados/as a explorar com maior profundidade o tema.

Dinâmica do segundo momento: a problematização envolve identificar os principais problemas postos pela prática e pelo conteúdo, debatendo-os a partir da visão do/a estudante e assim busca transformar o conteúdo formal em desafios, em dimensões problematizadoras.



Fonte: Pinterest

Dinâmica do terceiro momento: a instrumentalização envolve diretamente a mediação docente que, em suas ações didático- pedagógicas, apresentará o conteúdo sob uma análise crítica e problematizadora da realidade e tais ações permitirão que docentes e discentes construam um conhecimento fundamentado na Ciência que dê respostas às questões postas pela problematização e, neste sentido, o/a docente buscará promover a superação do conhecimento existente do/a estudante e alicerçar um novo nível de conhecimento em sua forma mais elaborada.

Dinâmica do quarto momento: a catarse, este momento se evidencia pela síntese, ou seja, a nova postura mental do/a estudante, que deve ser capaz, de reunir intelectualmente o cotidiano e o científico, o teórico e o prático, demonstrando por meio da avaliação o quanto se apropriou das questões levantadas nos momentos anteriores.

Dinâmica do quinto momento: a prática social, consiste no novo agir do/a educando/a, que se apropriou dos outros momentos didáticos e agora tem a capacidade de visualizar o conteúdo sob uma nova perspectiva, uma vez que foi exposto ao estudo teórico e assim terá a possibilidade de refletir sobre a teoria e a prática que fundamentará as suas novas ações e espera-se que estas sejam guiadas por compromissos e responsabilidades sociais.



Objetivos

Objetivo Geral:

- ♦ Auxiliar os/as docentes no desenvolvimento da temática educação sexual interseccional histórico-crítica na sala de aula com educandos/as do ensino médio, baseando-se na teoria da construção do conhecimento dialético.

Objetivos específicos:

- ♦ Investigar o conhecimento prévio dos/as estudantes sobre a temática corpo;
- ♦ Analisar criticamente a construção de símbolos históricos culturais que marcaram a regulação e controle dos corpos e de suas sexualidades;
- ♦ Compreender como gênero, sexualidade, raça, classe, religião e outras dimensões sociais moldam a experiência sexual ao longo da história;
- ♦ Desconstruir normas e estereótipos de gênero e sexualidade;
- ♦ Promover reflexões que questionem padrões heteronormativos, sexistas, racistas e que regulam corpos e comportamentos.



Fonte: Canva

O que é educação sexual em uma perspectiva contra-hegemônica?

A educação sexual, em uma perspectiva contra-hegemônica, fundamentada na PHC, de acordo com Saviani (2018), a PHC deriva de uma concepção que articula educação e sociedade, partindo da ideia de que a sociedade em que vivemos é dividida em classes com interesses opostos. Consequentemente, a proposta de educação sexual, em uma perspectiva contra-hegemônica, pretende-se a serviço dos interesses populares, enfrentará a oposição dos interesses que historicamente dominaram. Por isso, é preciso travar uma disputa também no âmbito pedagógico, buscando afirmar os interesses que até então foram marginalizados. Essa pedagogia não desvaloriza a escola nem a vê como instrumento neutro, mas reconhece sua centralidade como espaço estratégico de disputa ideológica e de formação humana.

A PHC, segundo Saviani (2018), orienta-se por uma racionalidade pedagógica que articula método, conteúdo e finalidade social da educação. Nesse sentido, Saviani destaca a necessidade de conteúdos e métodos que estimulem a participação ativa dos/as educandos/as sem abdicar do papel ativo e orientador do/a professor/a, figura fundamental no processo de mediação entre o saber sistematizado e o saber do/a educando/a. Essa mediação se dá não apenas pelo diálogo entre sujeitos/as, mas também com o acervo histórico-cultural acumulado pela humanidade e compete à escola garantir a apropriação consciente, crítica e progressiva do saber sistematizado. Desse modo, os/as docentes fundamentados/as na PHC buscam conciliar desenvolvimento humano integral com transformação social, compreendendo o ato educativo como um processo de luta de classes.

Duarte (2021) afirma que, para a PHC, o ensino dos conteúdos escolares não deve transmitir conhecimentos de forma neutra, mas contribuir para a compreensão crítica do mundo e para a sua transformação. Dessa maneira, devem ser organizados como uma resposta à pergunta “o que é a realidade”? a realidade, para a PHC, existe objetivamente, ou seja, independe da consciência individual, mas pode e deve ser conhecida (cognoscível) por meio da apropriação do conhecimento historicamente produzido. Para esse autor a realidade é cognoscível, explicável e transformável pela ação humana, logo, os/as sujeitos/as históricos a partir da apropriação do conhecimento e da reflexão crítica podem intervir no mundo e transformá-lo. Para garantir esse processo, o ensino dos conteúdos escolares, sob a ótica da PHC, deve estar articulado com a análise crítica da realidade concreta vivida pelos/as estudantes, oferecendo instrumentos para compreendê-la e atuar sobre ela.

Baseados nesses argumentos propomos o conteúdo de educação sexual interserccional histórico-crítico, em uma perspectiva contra- hegemônica, que propõe uma reflexão sobre a construção histórico- cultural do corpo. Nas palavras de Turner, “o corpo é onde se realiza uma imensa produção simbólica e por causa do seu potencial simbólico é objeto de regulação e controle no espaço público como um processo “civilizador” (Turner, 2014, p.253 grifos do autor). Dessa maneira, propomos a reflexão sobre a história da sexualidade, por meio das representações construídas do corpo e sua sexualidade, enquanto espaços de produção simbólica, que carregam significados culturais, históricos e sociais que vão além de sua materialidade biológica.

Em virtude disso, o corpo se torna alvo de normas, regras e controles impostos pela sociedade, funcionando como um instrumento de poder e dominação. No espaço público, esse controle ocorre por meio de discursos morais, políticos e científicos que buscam padronizar comportamentos, aparências e expressões corporais, frequentemente reforçando desigualdades de classe social, gênero, raça, etnia, condição física, orientação sexual, nacionalidade etc. Esse processo “civilizador” pode ser entendido como uma estratégia de disciplinamento dos corpos por meio da construção desses marcadores identitários que limitam a autonomia e expressão dos corpos conforme os interesses da ordem social vigente.

Educação sexual, em uma perspectiva contra-hegemônica

1º Momento - Prática social



Tempo previsto: 30 minutos

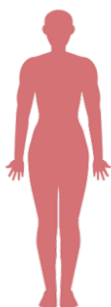
Objetivo:

Investigar o conhecimento prévio dos/as estudantes sobre a temática corpo.

Desenvolvimento:

Nesse momento, o/a educador/a busca entender as visões, experiências e concepções dos/as estudantes acerca de temas relacionados ao corpo, com a leitura do seguinte trecho provocador e em seguida, questionará aos/às estudantes sobre o que compreenderam da afirmação.

Para Turner (2014), “o corpo é onde se realiza uma imensa produção simbólica e por causa do seu potencial simbólico é objeto de regulação e controle no espaço público como um processo “civilizador”.



Fonte: Canva

2º Momento - Problematização



Tempo previsto: 30 minutos

Objetivo:

Problematizar as relações de poder que permeiam as dinâmicas simbólicas que envolvem o corpo e sua sexualidade.

Desenvolvimento:

Material: pincel ou giz para quadro.

Nesse momento, a partir das falas e respostas dos/as estudantes sobre a questão provocadora, o/a educador/a deve introduzir as contradições e problematizações que desestabilizem as concepções simplistas ou equivocadas. Aqui, os aspectos históricos e culturais que envolvem o corpo e sua sexualidade começam a ser relacionados e questionados, por meio de questões problematizadoras, como: (Obs: os/as educandos/as devem responder as perguntas no caderno).

O que é o corpo?

- ♦ **Quais produções simbólicas de regulação e controle são realizadas sobre o corpo?**

Quem produz esses símbolos?

- ♦ **Quais grupos são afetados por esses símbolos?**
- ♦ **Como esses símbolos regulam, controlam ou estereotipam homens, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+?**
- ♦ **Quais são os impactos desses símbolos sobre violências, como: homofobia, feminicídio e estupro?**

Como o controle social do corpo, gerado a partir desses símbolos contribui para a manutenção de hierarquias de gênero, raça, classe, sexualidade, idade, capacidades e etnia?

- ♦ **É possível pensar uma educação que valorize o corpo como expressão da liberdade e da diversidade, em vez de um objeto de normatização.**

3º Momento – Instrumentalização



Tempo previsto: 60 minutos

Objetivos:

- ♦ **Analisar criticamente a construção de símbolos históricos culturais que marcaram a regulação e controle dos corpos e de suas sexualidades;**
- ♦ **Compreender como gênero, sexualidade, raça, classe, religião e outras dimensões sociais moldam a experiência sexual ao longo da história;**
- ♦ **Desconstruir normas e estereótipos de gênero e sexualidade; Promover reflexões que questionem padrões heteronormativos, sexistas, racistas e que regulam corpos e comportamentos.**

Desenvolvimento:

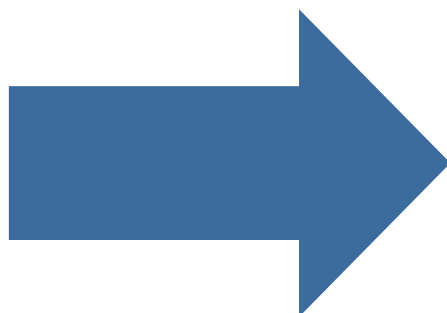
Nesse momento, serão fornecidos os instrumentos teóricos para que os/as estudantes possam compreender o corpo e a sexualidade de forma histórico-cultural, ou seja, como a cultura brasileira atribuiu significado ao corpo em diferentes épocas. Nesse momento, o/a educador/a proporá a leitura de pequenos textos, um por vez, pois após cada leitura, será proposto um diálogo aberto com a turma. Veja abaixo:



Para Chauí (1984), a repressão sexual não se realiza apenas pelo conjunto explícito de interdições e censuras, mas sobretudo pelas práticas, ideias e instituições que regulamentam o permitido, desse modo compreendemos a repressão sexual como um processo de mutilação, desvalorização e controle da sexualidade como pecaminosa, imoral e viciosa.

✓ Para Parker (1991), o sistema religioso é uma das formas e estruturação do universo sexual do povo brasileiro. O Brasil, segundo Figueiró (2020), sob influência da moral tridentina que envolveu os séculos XVI e XVII, passou a conviver com a ideia de que a sexualidade popular estava diretamente ligada à noção de condenação ao inferno, apresentado “como lugar dos pecadores e fornicadores, prostitutas e invertidos” (Nunes, 1987, p. 63, grifos do autor)

✓ O processo de disciplinarização dos séculos XVI e XVII, como assevera Figueiró (2020) contou com “a participação dos jesuítas, que se propunham a ajudar as pessoas a alcançarem a salvação e a perfeição, tornando-as submissas e obedientes aos dominadores” (Figueiró, 2020. p. 27). A presença dos jesuítas se fortaleceu com a chegada dos inquisidores, os quais eram responsáveis por investigar os crimes contra a fé e entre eles estavam, de acordo com Parker, a feitiçaria, blasfêmia, sodomia, bigamia, solicitação e incesto (Parker, 1991, p. 114). Desse modo, as questões sobre os desvios sexuais em relação aos homens e mulheres eram levantadas pela inquisição. Além desses desvios, Figueiró (2020) afirma que o adultério, a fornicação, a violação, a bestialidade, a masturbação, os sonhos eróticos e os toques íntimos também eram perseguidos. Assim, nas palavras de Figueiró (2020) introduziu-se no corpo da sociedade brasileira uma autêntica mentalidade inquisitorial capaz de superpor a moral católica à consciência coletiva em detrimento dos desejos individuais.



Fonte: Pinterest

✓ No Brasil Colonial, por meio das Ordenações Portuguesas transplantadas para a colônia, classificava-se a sodomia como um delito duramente reprimido pelo Estado. A sodomia, até meados do século XIX, era um pecado frente a Deus e um crime contra o Estado, configurando um crime instituído no Brasil Colônia pelas ordenações portuguesas, de acordo com Trevisan (2018):

✓ Na Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII, Espanha, Portugal, França e Itália católicas puniam severamente a sodomia. Seus praticantes eram condenados a punições capazes de desafiar as mais sádicas imaginações, variando historicamente desde multas, prisão, confisco de bens, banimento da cidade ou do país, trabalho forçado (nas galés ou não), passando por marca com ferro em brasa, execração e açoite público até a castração, amputação das orelhas, morte na forca, morte na fogueira, empalamento e afogamento (Trevisan, 2018, p. 160).

✓ Segundo Chauí (1984), na Grécia Antiga, a homofilia era regulada por normas sociais baseadas em hierarquias de poder e status. Apenas os homens livres adultos podiam ocupar o papel sexual "ativo", considerado digno e viril. Já o papel "passivo" era permitido a mulheres, jovens livres, devido à idade, e a escravos, por sua condição social inferior. No entanto, um homem livre adulto que assumisse o papel passivo era visto como imoral e indigno, pois isso contrariava a ideal de cidadania e masculinidade ativa. A homofilia passiva entre adultos livres, portanto, era rejeitada por ser considerada "contra a natureza", não em sentido biológico, mas por violar os valores políticos e sociais da época (grifos da autora).



A concepção de mulher dos hebreus é de “propriedade do homem” (Nunes, 2003, p. 24). Esta concepção marca o Antigo Testamento, a mulher como auxiliar do homem e sob seu domínio e serviço. Nunes afirma que “Há nítido privilégio na educação dos meninos e a submissão, contenção e obediência são as “virtudes” da mulher ideal, como vem em muitos textos Bíblicos” (Nunes, 2003, p. 24. Grifos do autor). O casamento era poligâmico e fundamentado em um contrato familiar entre os homens, no qual a mulher era tratada como uma mercadoria com valor definido. As decisões eram tomadas sem consultar a jovem, sendo acordos realizados entre os pais, exclusivamente entre homens. Após o pagamento do chamado “preço da noiva”, a mulher se tornava propriedade do marido, que passava a ser seu dono. Cabia ao homem sustentar a esposa, e o principal objetivo do casamento era a procriação, considerada uma bênção divina e símbolo de riqueza e prosperidade. A prática da poligamia era amplamente aceita, enquanto o incesto era proibido, e havia leis rigorosas que regulavam a conduta sexual.

✓ A cosmovisão e estrutura social grega, para Nunes (2003), baseava-se no casamento monogâmico como um contrato entre senhores e envolvia o nome de família, que é transmitido pelo mesmo na procriação. O casamento e as relações sexuais entre marido e esposa eram considerados um dever social, regido por normas e regras específicas. A mulher era vista como pertencente ao marido e estava proibida de manter relações extraconjugais, enquanto o homem, por sua vez, tinha total liberdade sobre sua conduta e podia se envolver em relações hetero ou homossexuais fora do casamento sem enfrentar restrições sociais. O casamento tinha como finalidade principal garantir aspectos econômicos e legitimar os herdeiros, assegurando a transmissão do nome, do status e da propriedade.



Para as mulheres, especialmente as da elite, segundo Ribeiro (2004) as normas sexuais se pautavam na submissão e na repressão do comportamento sexual feminino. A representação da mulher organizada pelos padres da Igreja, a exemplo de São Paulo, contribuiu para a construção de uma imagem de mulher negativa, nas palavras de Cunha “o que São Paulo fez de pior para nossos preconceitos e tabus sexuais foi dizer que a mulher é uma tentação em potencial, desviadora das energias do homem para Deus e para a Salvação” (Cunha, 1981, p. 21).



Segundo Gomes (2019) as normas sexuais impostas aos escravizados/as eram parte das violências e opressões sofridas pelos/as escravizados/as, pois a sexualidade deles/as era brutalmente controlada, explorada e desumanizada pelos senhores de escravos. Gomes (2019) afirma que a sexualidade escravizada começava a ser explorada e desumanizada, ainda antes da partida do navio negreiro. O assalto sexual era um tormento para as mulheres escravizadas.

“os oficiais tinham total liberdade para “exercer suas paixões entre elas, sem qualquer restrição”, e, às vezes, ‘cometiam excessos brutais”
(Gomes, 2019, p. 237).



Conforme Gomes (2019) ao senhor competia o controle da procriação do cativo, cujos filhos não lhe pertenciam. Sua própria sexualidade não lhe pertencia, desse modo, a violência sexual também gerava um controle sobre a reprodução, já que os/as filhos/as nascidos/as dessas relações eram considerados/as automaticamente pessoas escravizados/as, aumentando a força de trabalho.



Gomes (2007) ainda denuncia a "vergonhosa prática de viverem as senhoras dos ganhos imorais de suas escravizadas, que não só eram encorajadas, mas compelidas a entregar-se à prostituição" (Gomes, 2007, p. 45). A denúncia nos provoca a reflexão sobre o horror de um sistema que não apenas objetificava os corpos das escravizadas para trabalho físico, mas que também os violava no nível mais íntimo, transformando-os em ferramentas para lucro sexual. A situação expõe a hipocrisia e a violência estrutural da sociedade da época, em que mulheres brancas da elite, muitas vezes vistas como modelos de virtude, participavam ativamente dessa exploração imoral.



Fonte: Canva

Gomes (2019) afirma que os escravizados envolvidos na produção de açúcar tinham dificuldade de gerar filhos. Os senhores de engenho preferiam homens para o trabalho pesado. Como resultado, o plantel de cativos do sexo masculino era, em média, o dobro do número de mulheres, o que tornava difícil para eles encontrar parceiras sexuais e constituir famílias. Dessa maneira, a sexualidade dos homens escravizados também era manipulada. Eles eram desumanizados ou impedidos de formar famílias estáveis, pois os vínculos familiares deles eram frequentemente destruídos pelas vendas de escravizados/as e separação forçada.



Go

✓ Nesse cenário histórico, a construção das normas sexuais no Brasil foi profundamente marcada por estruturas de poder patriarcais, racistas e moral-religiosas que moldaram a sexualidade de forma desigual e opressiva. A liberdade sexual masculina das elites e o discurso moral religioso impunham a repressão às mulheres, aos homossexuais e à população escravizada, cuja sexualidade era brutalmente controlada, explorada e desumanizada. Esse conjunto de ideologias sustentou uma cultura de repressão, desigualdade e violência sexual, que hierarquizou a vivência da sexualidade das pessoas, cujos efeitos reverberam até os dias atuais. Como podemos constatar nos dados elencados a seguir:

De acordo com a Agência Brasil, o número de mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ foram de 257 mortes em 2023, totalizando 1 morte a cada 34 horas.



Fonte: Pinterest

De acordo com o boletim publicado pela LESFEM – Laboratório de estudos de feminicídios, em 2025, o Brasil registrou um total de 5582 casos de feminicídio, entre consumados e tentados. Desse modo 15,3 mulheres são vítimas de feminicídio consumado ou tentado por dia no Brasil.



Fonte: Pinterest

De acordo com o anuário brasileiro de segurança pública, foram registradas 83.988 denúncias de estupro e estupro de vulnerável no Brasil em 2024, o que representa 1 caso a cada 6 minutos. O perfil das vítimas é de 76% vulneráveis, 88,2% do sexo feminino e 52,2% negras e com relação às idades, 11,1% das vítimas tinham entre 0 a 4 anos; 18,0% entre 5 e 9 anos e 32,5% entre 10 e 13 anos, ou seja, 61,6% das vítimas tem até 13 anos.



Fonte: Pinterest



Fonte: Pinterest

4º Momento - Catarse



Tempo previsto: 90 minutos

Objetivos:

- ♦ **Superar visões parciais e fragmentadas do corpo e sua sexualidade e compreender a complexidade do tema de maneira contra hegemônica.**

Desenvolvimento:

A catarse é aquele momento em que o/a estudante, a partir dos conteúdos e da reflexão crítica, reconstrói o conhecimento dele/a, de modo consciente e aprofundado. O/A educador/a deverá fazer essas perguntas e avaliar as respostas, a fim de compreender se os/as estudantes saíram do pensamento sincrético para o sintético.

Relações Interseccionais
histórico-crítica

Mediante o que foi exposto e discutido, podemos correlacionar as experiências aqui apresentadas de modo interseccional, ou seja, houve a influência de gênero, raça e classe social sobre as experiências vividas por esses corpos?

*Vamos a alguns exercícios de pensamentos
interseccionais fundamentos em Collins e
Bilge (2021)*

A mulher branca, heterossexual de classe econômica alta tem a mesma experiência no campo da sexualidade que a mulher negra, heterossexual de classe econômica baixa?

Para reflexão: A mulher rica tem acesso a recursos financeiros e, consequentemente, a melhores serviços de saúde, educação, moradia e segurança. Isso lhe oferece um grau de liberdade e poder de escolha e também costuma ter maior acesso a redes sociais e profissionais influentes, o que pode abrir portas em espaços de decisão e poder. Como mulher heterossexual, sua identidade é considerada a norma, o que facilita o seu trânsito em espaços sociais e profissionais. Apesar dos privilégios de classe, raça e orientação sexual, essa mulher ainda enfrenta o patriarcado e o sexismo. Em ambientes dominados por homens, como o mundo corporativo, ela pode encontrar barreiras para avançar na carreira e receber igual reconhecimento. Mesmo sendo rica e privilegiada, ela pode enfrentar pressão para se adequar a normas de gênero tradicionais, como a expectativa de casar, ter filhos e assumir um papel de cuidadora. Mulheres de todas as classes e raças podem sofrer violência de gênero, seja violência doméstica, assédio sexual ou outras formas de controle.

Para reflexão: Mulheres negras historicamente foram hipersexualizadas e, ao mesmo tempo, desumanizadas. Desde o período da escravidão, seus corpos foram tratados como objetos de exploração sexual e reprodutiva. Essa herança ainda ecoa em estigmas que atribuem à mulher negra uma sexualidade exagerada, selvagem ou disponível, o que contribui para a falta de respeito à sua autonomia corporal e para violências simbólicas e físicas. Como mulher de baixa renda, ela tende a enfrentar maiores dificuldades de acesso à educação sexual crítica e aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo métodos contraceptivos, atendimento ginecológico humanizado e informação. Além disso, pode ser moralmente julgada com mais rigor por expressar sua sexualidade, pois a sociedade impõe à mulher pobre um ideal de mãe sacrificada e submissa. Mesmo sendo heterossexual, ela pode viver essa orientação de forma condicionada por relações desiguais, nas quais o homem, muitas vezes também afetado por violências estruturais reproduz o machismo como forma de afirmação. Sua vida afetiva pode estar marcada por relações de poder, dependência econômica ou violência doméstica, sem espaço para o afeto, o prazer ou a escolha. Essa mulher raramente é representada de forma positiva nos meios de comunicação ou nos discursos escolares. Sua sexualidade costuma ser invisibilizada ou distorcida, o que limita o reconhecimento de sua pluralidade, de seus desejos e de suas narrativas. Ela pode ser vista ora como hipersexual, ora como mãe solteira, ora como resiliente, sem espaço para ser simplesmente humana, com desejos, limites, prazer e subjetividade.

Um homem branco, heterossexual de classe econômica alta tem a mesma experiência no campo da sexualidade que um homem negro, heterossexual de classe econômica alta?

Para reflexão: Um homem branco, rico e heterossexual, o conceito de interseccionalidade revela não opressão, mas sim a acumulação de privilégios interseccionais. Na sociedade, pessoas brancas tendem a experimentar menos discriminação racial e ocupam uma posição de privilégio devido ao racismo estrutural. O homem branco é beneficiado por sistemas históricos e sociais que favorecem pessoas brancas. Como homem, ele se beneficia do patriarcado, que privilegia homens em relação a mulheres e pessoas de outros gêneros. Isso se reflete em acesso desigual ao poder, melhores oportunidades econômicas e menor exposição à violência. A riqueza proporciona acesso a recursos materiais, saúde, educação e segurança.

Além disso, indivíduos ricos têm maior capacidade de influenciar políticas e decisões, e muitas vezes são menos afetados por sistemas de opressão que impactam negativamente aqueles de classes sociais mais baixas. A heterossexualidade é considerada a norma social em muitas culturas, e indivíduos heterossexuais não enfrentam a mesma discriminação que pessoas LGBTQIA+. Eles não são alvo de homofobia, não sofrem preconceito por sua orientação sexual e não enfrentam desafios para formar famílias ou obter reconhecimento legal. Esse homem é menos impactado pelas desigualdades sistêmicas que afetam grupos marginalizados, e suas identidades funcionam como um escudo contra várias formas de discriminação.

Para reflexão: Um homem negro, rico e homossexual ocupa uma posição interseccional complexa, marcada tanto por privilégios quanto por opressões. Como homem negro, ele enfrenta o racismo estrutural, que pode limitar seu acesso a oportunidades e colocá-lo em situações de discriminação e estigmatização, mesmo com o privilégio econômico. A riqueza lhe confere privilégios materiais, como acesso à educação, saúde e segurança, o que pode suavizar algumas experiências de discriminação racial e homofobia. No entanto, a riqueza não o isenta de preconceitos raciais ou sexuais. Como homem homossexual, ele enfrenta a homofobia e a discriminação baseada na orientação sexual, o que pode dificultar sua aceitação tanto em espaços heteronormativos quanto em comunidades negras que, às vezes, podem ter normas conservadoras. A riqueza proporciona acesso a recursos materiais, saúde, educação e segurança. Além disso, indivíduos ricos têm maior capacidade de influenciar políticas e decisões, e muitas vezes são menos afetados por sistemas de opressão que impactam negativamente aqueles de classes sociais mais baixas.



Fonte: Canva



Fonte: Canva

5º Momento - Prática social



Tempo previsto: 45 minutos

Objetivo:

- **Avaliar os/as estudantes, a fim de compreender as questões relacionadas a temática estudada, corpo, sexualidade e interseccionalidade.**

Desenvolvimento:

Material: Pincel ou giz para quadro

Após a instrumentalização e a catarse, é importante verificar como o novo conhecimento transformou a prática social final dos/as educandos/as, retomando as perguntas da prática inicial, anotando as respostas no caderno e comparando-as às resposta iniciais.

- **O que é o corpo?**
- **Quais produções simbólicas de regulação e controle são realizadas sobre o corpo?**
- **Quem produz esses símbolos?**
- **Quais grupos são afetados por esses símbolos?**
- **Como esses símbolos regulam, controlam ou estereotipam homens, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+?**
- **Quais são os impactos desses símbolos sobre violências, como: homofobia, feminicídio e estupro?**
- **Como o controle social do corpo, gerado a partir desses símbolos contribui para a manutenção de hierarquias de gênero, raça e classe?**
- **É possível pensar uma educação que valorize o corpo como expressão da liberdade e da diversidade, em vez de um objeto de normatização?**

Referências

AGÊNCIA BRASIL. ONG. **contabiliza 257 mortes violentas de LGBTQIA+** em 2023. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-e-o-pais-mais-homotransfobico-do-mundo-diz-grupo-gay-da-bahia?> Acesso em 29 de mar. de 2025. Elaine Patricia cruz – repórter da agência brasil Publicado em 21/01/2024 - 15:38, São Paulo.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Acesso em: 12 de out. de 2023. Acesso em: 10 de jul. de 2024.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual:** essa nossa (des) conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CUNHA. Paulo Fernando Lapa da. **A história da repressão sexual**. Psicologia em Curso, Brasília, n.2, v.8, p.19-26, out./dez.1981.

DUARTE, Newton. **Conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**. In: DUARTE, Newton; SAVIANI, Dermeval (orgs.). Conhecimento escolar e luta de classes: a Pedagogia Histórico-Crítica contra a barbárie. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual:** retomando uma proposta, um desafio. Eduel, 2020.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. Disponível em:

<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/c2423188-bd9c-4845-9e66-a330ab677b56/content> Acesso em 29 de mar. de 2025.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula:** relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Autêntica, 2017.

GOIÁS. **Documento Curricular para Goiás (DC-GO).** Goiânia/GO: CONSED/ UNDIME Goiás, 2018. Disponível em: <https://cee.go.gov.br>. Acesso em 07 de set. de 2024.

GOMES, Laurentino. **Escravidão-Vol. 1:** Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Globo Livros, 2019.

GOMES, Laurentino. **1808:** Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2007.

LESFEM, Laboratório de estudos de feminicídios. **LESFEM atualiza dados sobre feminicídios no Brasil em boletim de dezembro de 2025. Disponível em:** <https://sites.uel.br/lesfem/variacao-das-taxas-de-feminicidio-no-brasil-revela-forte-aumento-em-2025/> Publicado em 10/12/2025 - 18:24

LUKÁCS, Georg. **A consciência de classe.** Estrutura de classes e estratificação social, v. 3, p. 11-60, 1974.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade.** Papirus Editora, 2003.

PARKER, R. **corpos,prazeres e paixões:** a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller, 1991.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marcal. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. **Sexualidade e educação:** aproximações necessárias. São Paulo: Arte & ciência, p. 15-25, 2004.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** 43. ed. rev. - Campinas: Autores Associados, 2018.



SAVIANI, Dermeval. Teorias pedagógicas contra-hegemônicas no Brasil. **Ideação**, v. 10, n. 2, p. 11-28, 2008.



TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso (4a edição, revista e ampliada): **A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Objetiva, 2018.

TURNER, Bryan. **Corpo e Sociedade**. São Paulo: Ideias e Letras, 2014.



Fim

IFG